

O BRASIL E A GRANDE GUERRA NAS PÁGINAS DO JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO.*

Ismara Izepe de Souza¹

A Grande Guerra chega ao Brasil

O Simpósio Internacional “O Brasil e a Grande Guerra: 100 anos”, sediado na Universidade Federal Fluminense em agosto de 2014, cumpriu um importante papel dentro de um rol de iniciativas que buscaram, a partir da efeméride dos cem anos de início da Primeira Guerra Mundial, refletir sobre o seu impacto para além do continente europeu. É inegável que o conflito se fez sentir de forma direta e cruel na Europa, mas indiretamente possibilitou transformações decisivas na vida de cidadãos distanciados milhares de quilômetros dos campos de batalha.

A dimensão dessa grande tragédia, que se constituiu em arquétipo da guerra moderna ao empregar a indústria e a tecnologia a serviço da morte, pode ser dada pelos números: o conflito ceifou a vida de cerca de 10 milhões de pessoas. O termo Primeira Guerra Mundial justifica-se para reforçar sua dimensão de guerra global, uma vez que abalou o sistema econômico mundial. Dessa forma, a compreensão do século XX não se faz completa sem a análise das causas e consequências daquela que, na memória dos franceses e ingleses, constituiu-se como uma guerra “mais terrível e traumática” que a Segunda Guerra Mundial (HOBBSAWN, 1997, p. 33).

No Brasil, a deflagração da guerra não teve reflexos imediatos, sendo acompanhada pela imprensa como um evento estritamente europeu. Jornalistas, intelectuais e aqueles que tinham acesso às informações vindas do outro lado do Atlântico acreditavam no caráter efêmero do conflito, entendido como o resultado da histórica rivalidade franco-alemã. A maior parte da população, sem acesso à imprensa escrita, não tinha condições de se posicionar acerca de um evento longínquo. No entanto, ao se prolongar e sair da esfera europeia, a guerra teve seus reflexos ampliados e sentidos pela sociedade brasileira.

¹ Doutora em História e professora de Política Externa Brasileira no curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: ismaraisouza@gmail.com

A alta dos preços dos produtos alimentícios foi uma dessas consequências que possibilitaram a percepção da relação entre os acontecimentos europeus e o dia a dia dos cidadãos brasileiros. O surgimento de um incipiente processo de industrialização brasileiro, o aumento das receitas oriundas das exportações de matérias-primas e o declínio das importações de produtos manufaturados podem ser alocados no rol de resultados econômicos positivos do conflito para o Brasil. Como observa Hobsbawm, na Era dos Impérios política e economia haviam se fundido e o conflito mundial evidenciaria essa associação (1998, p. 37).

Embora o consenso neutralista tenha sido questionado por alguns deputados brasileiros (COMPAGNON, 2014, p. 48), a maior parte das elites políticas brasileiras aderiu à ideia de que não havia razão para integrar um dos campos em conflito. Na perspectiva diplomática, houve um esforço pelo não envolvimento, quebrado somente em junho de 1917 quando, em nome da solidariedade continental, o governo Wenceslau Brás revogou a neutralidade do país.

Em outubro de 1917 o governo brasileiro reconheceu e proclamou "o estado de guerra iniciado pelo Império alemão contra o Brasil". A colaboração efetiva com as forças da Entente deu-se através de várias frentes. Oficiais brasileiros foram enviados à Europa para integrar a *Royal Air Force*, e a marinha empenhou-se na criação da DNOG - Divisão Naval em Operações de Guerra - que deveria patrulhar o litoral ocidental da África. Composta de quatro contratorpedeiros e dois cruzadores, além de um navio tender e um rebocador, a DNOG iniciou suas operações com cerca de 1500 homens. Fundeada na África, a missão brasileira foi duramente atingida pela gripe espanhola, o que resultou em mais de cem mortes. A chegada da divisão em Gibraltar ocorreu na véspera do fim do conflito.

No conjunto das iniciativas brasileiras deve-se mencionar também a missão médica militar destinada à França, que resultou na instalação do Hospital brasileiro em Paris. Tal contribuição acabou por destacar-se no âmbito moral e humanitário uma vez que, do ponto de vista militar, a participação brasileira foi pouco mais que simbólica. Arsenais desaparelhados, quartéis depauperados e navios inoperantes caracterizavam as Forças Armadas brasileiras, impedindo maior comprometimento no auxílio. (MENDONÇA, 2008, p. 49). Mesmo que ínfima, a participação permitiu ao Brasil integrar as negociações de Paz de Versalhes garantindo, na perspectiva do Itamaraty, sua maior projeção internacional.

O Estado de S. Paulo e as afinidades com a Entente

O jornal *O Estado de S. Paulo* - OESP - tem seu lugar garantido na história da imprensa por tornar-se um dos mais influentes veículos de comunicação do Brasil. Sua história tem início no século XIX, quando se intitulava *Província de S. Paulo*, mas sua transformação num jornal de expressão nacional está relacionada à capacidade administrativa e à visão modernizadora de Julio de Mesquita, que assumiu sua direção em 1891. Embora fosse um republicano convicto, Mesquita não aceitou transformar o jornal num porta-voz oficial do Partido Republicano Paulista, tendo ao longo dos anos se distanciado e até promovido críticas a ele. Dessa forma, OESP rompeu com o jornalismo vigente no século XIX que se atrelava diretamente à representação de um grupo e partido político. Se teve coerência na defesa dos postulados liberais, o jornal não manteve vinculação única com nenhum grupo específico das elites econômicas paulistas.

Apesar de inovar na forma de expor as notícias, ao distinguir com clareza a informação e o editorial, OESP não conseguiu fugir à parcialidade. Como lembram Capelato e Prado, a imprensa nunca pode ser tomada como mero "veículo de informações", pois não é "nível isolado da realidade político-social na qual se insere" (1980, p. 19). Ao longo de sua história, o referido jornal ora defendeu atitudes do governo federal ora se colocou como crítico a ele. OESP tomou parte na defesa de medidas econômicas que garantissem a hegemonia do Estado de São Paulo, o que muitas vezes foi criticado por outros setores nacionais que denunciavam os privilégios dos paulistas (CAPELATO, 1989, p. 241).

A imprensa escrita, em sua maioria, esteve no século XX atrelada aos interesses burgueses, fazendo ecoar também os anseios da classe média. Apesar das linhas editoriais apresentarem distinções no que tange a eventos e fatos específicos da vida política nacional, os periódicos demonstravam, de forma geral, comprometimento com a ideologia liberal-conservadora. Contam-se nos dedos os jornais de grande circulação que sobreviveram por décadas, sendo Assis Chateaubriand, Roberto Marinho, Julio de Mesquita e Paulo Bittencourt, segundo SODRÉ, os proprietários dos jornais que concentravam o poder de influenciar a opinião pública brasileira (p. 416).

Os estudos sobre o papel da imprensa na divulgação de grandes eventos internacionais no Brasil são incipientes, sendo a obra *A primeira guerra mundial e a imprensa brasileira*, o único trabalho a analisar especificamente a forma pela qual os jornais noticiaram e se posicionaram sobre a Primeira Guerra Mundial. O autor, Sidney Garambone, centrou sua análise em dois grandes periódicos da capital federal: *Jornal do Commercio* e *Correio da Manhã* (GARAMBONE, 2003).

Ao contrário de outros importantes jornais que demoraram em tomar partido, OESP demonstrou, desde o início da Grande Guerra, o comprometimento com a causa aliada, tornando evidente sua admiração pela França e pelos valores sintetizados na Entente. Os jornais da capital federal mencionados acima, por exemplo, mantiveram-se imparciais nos primeiros anos de guerra, posicionando-se pelo fim da neutralidade e pelo apoio à causa aliada somente em 1917, após o despertar da comoção nacional causada pelo torpedeamento dos navios mercantes brasileiros.

Em agosto de 1914, Julio de Mesquita lançou o primeiro dos 198 boletins a que iria se dedicar nos anos seguintes. Sob o título "A Guerra", tais boletins resumiam e tornavam mais palatável as notícias recebidas da Europa. Publicados as segundas-feiras, ofereciam ao público um resumo das informações que chegavam do continente europeu. Mesquita noticiou a guerra com um estilo que destoava de outros jornalistas, por procurar se distanciar da "grandiloquência pedante" que marcava a época. Num período em que o parnasianismo vigia, noticiava e analisava o conflito a partir de uma linguagem coloquial e fluente, sem grandes demonstrações de erudição, mas ao mesmo tempo com uma mistura precisa de análise jornalística e reflexiva. Por seus atributos intelectuais e seu conhecimento histórico, Julio de Mesquita conseguiu tornar o distanciamento algo positivo. Segundo o jornalista Gilles Lapouge, filho de combatente e que vivenciou as consequências de uma guerra que esteve impregnada nos mais sutis detalhes do dia a dia dos franceses, seus relatos impressionam por evidenciar "coisas que nós, cara enterrada na cena e míopes como toupeiras, não enxergávamos" (Lapouge *in* O ESTADO DE S. PAULO, 2002).

OESP deu grande destaque ao desenrolar da Grande Guerra, o que se pode identificar também nas primeiras páginas diárias, nas quais se destacavam as informações sobre o teatro de guerra sob o título "A deflagração". Nos editoriais que levavam o nome de "Notas e Informações" fazia-se questão de ressaltar a idoneidade das informações obtidas, especialmente através da agência de notícias Havas.

Criada em Paris em 1835, Havas tornou-se um importante veículo de propaganda da Entente, controlando no continente sul-americano as notícias sobre a política mundial.

O referido jornal investia em informação e na obtenção de mapas e fotografias, e por vezes, denunciava em tom de indignação o alto valor cobrado pelas agências de notícias. Cabe observar que os anos de conflito correspondem ao período de consolidação da modernização do periódico, que contrabalanceava o pagamento de notícias e informações internacionais com o recebimento de proventos dos anunciantes e dos leitores. A inovação, nesse caso, residia em não depender do capital proveniente dos governos estadual e federal.

Sob o argumento de defesa dos valores liberais e democráticos, Julio de Mesquita posicionou-se a favor da causa Aliada. Entendia que o que acontecia em solo europeu constituía-se em uma disputa entre a democracia, que considerava um bem fundamental, e o militarismo alemão, a que atribuía um mal sistêmico. Embora não desmerecesse o poderio alemão, tornou-se constante nos boletins, mesmo nos momentos mais críticos de avanço das Potências Centrais, a crença na vitória aliada. As crônicas de Julio de Mesquita evidenciavam a elevada moral dos franceses e a capacidade ofensiva de Rússia e Inglaterra. Cabe observar que a aliadofilia que tomou parte da imprensa brasileira exprimia o gosto de artistas e intelectuais brasileiros que celebravam a França como a mãe das letras e das artes. Já o apoio de parte das elites econômicas brasileiras a Entente pode ser atribuído também à percepção de que a Grã-Bretanha continuava a ser uma importante parceira comercial do país (COMPAGNON, 2014, p. 71).

Nas crônicas dos primeiros anos de guerra procurava-se informar sobre a movimentação de ambos os lados conflitantes. A constatação do poder bélico alemão era acompanhada pelas referências à virulência e truculência de seus soldados e dirigentes. O jornal utilizou-se da seguinte dicotomia: democracia alemã e francesa contra o absolutismo alemão. Ser francófilo não impedia Mesquita de exprimir admiração por algumas qualidades atribuídas aos alemães, sendo constantes as referências sobre sua "inteligência", "ciência" e "técnica". O enaltecimento de tais qualidades também servia para rebater as acusações de que o jornal corroborava com a campanha de intolerância aos alemães residentes no Brasil, como se pode observar no fragmento a seguir:

Não falta quem atribua a má vontade de o Estado contra os alemães, ou pelo menos à parcialidade, o fato de nos guiarmos nestes despreziosos comentários pelas informações recebidas de Paris e, principalmente, pelas que dia a dia o governo francês fornece ao mundo. Atribuir a O Estado má vontade contra os alemães é injustiça. O Estado não nega as suas simpatias pelos Aliados, mas já disse, e repete, que a essas simpatias não corresponde nenhuma antipatia pelos súditos do Kaiser, cujas excelentes qualidades de raça e de educação intelectual, comercial e industrial não tem cessado de enaltecer. O Estado simpatiza com os Aliados, não porque antipatize com os alemães, mas porque diverge visceralmente da política autoritária e militarista que desviou a Alemanha da sua luminosa missão e produziu esta guerra odiosa. Contra esta política, sim, temos toda a má vontade, onde quer que ela se implante ou firme, na Alemanha ou em outro qualquer país, inclusive o nosso ("O militarismo", OESP, 21 de dezembro de 1914).

As referências positivas ao caráter do povo alemão e a negação da existência de preconceito ou aversão aos súditos alemães residentes no Brasil alterou-se drasticamente em decorrência da declaração de guerra do Brasil à Alemanha. Em 30 de outubro de 1917, poucos dias depois do Brasil ter entrado efetivamente no conflito, assim se posicionava o editorial do jornal:

O governo de S. Paulo tem sido e continua a ser excessivamente gentil com os allemães. Até aqui respeitávamos suas sympathias germanophilas, mal disfarçadas numa correção simplesmente prottocolar nem sempre primorosa nas relações com os representantes das nações da Entente. Hoje tudo nos indica este protesto, para que se não diga, ao menos com apparencias de verdade, que em S. Paulo não há tolerância para os nacionaes, nem para os que nos ajudaram a desenvolver a riqueza nacional nem para os amigos da nação porque o governo paulista a gasta toda com o estrangeiro audaz, que nos ameaça com os seus submarinos. (OESP, 30 out. 1917, p. 3)

A menção aos que ajudavam a desenvolver as riquezas nacionais constituía-se numa alusão direta aos proletários que, meses antes, haviam deflagrado a maior greve até então vista na capital paulista. A Greve Geral de 1917, como ficou conhecida, aglutinou reivindicações da incipiente, mas já combativa classe operária, constituindo-se como uma experiência salutar para a história do movimento social. Ao colocar à prova a capacidade de organização de vários grupos, o movimento destacou-se por ser o primeiro a ter em sua liderança os anarco-sindicalistas. O jornal, que nesse período fazia clara oposição ao governador de São Paulo, Altino Arantes, fez duras críticas à repressão ao movimento, mostrando simpatias à causa dos trabalhadores.

Apoiar as reivindicações dos operários por maiores salários não significava compactuar com o movimento anarquista. OESP ridicularizava os industriais e políticos que tentavam caracterizar a greve como uma conspiração anarquista. Tal postura demonstra que, em alguns momentos, os liberais concordaram com a tese defendida pelos positivistas no início da República, de que era preciso fazer concessões às classes trabalhadoras para impedir sua revolta (CAPELATO, 1989, p. 100).

Estabelecendo a comparação de tratamento que o governo de São Paulo oferecia aos trabalhadores nacionais e aos "súditos do kaiser", o jornal substituía aquela admiração aos alemães esboçada no início do conflito por referências negativas e pejorativas, especialmente quando se aludia à periculosidade e às más intenções dos que viviam no Brasil. É nesse momento em que se reforçam as referências aos alemães como culpados pela barbárie estabelecida em solo europeu. Duas décadas mais tarde a imprensa brasileira também contribuiria para fomentar as desconfianças com relação aos "súditos do Eixo". Após o país ter rompido relações diplomáticas com a Alemanha nazista no início de 1942, a repressão policial à comunidade alemã, embora em menor escala quando comparada à feroz perseguição aos comunistas, se intensificou (PERAZZO, 1999). A imprensa, em sua maioria, contribuiu para reforçar a identificação genérica dos cidadãos alemães como inimigos de guerra e soldados de Hitler.

Em nome da solidariedade continental

Em abril de 1917, os EUA renunciaram aos preceitos isolacionistas e declararam guerra contra os alemães, contribuindo com os Aliados com um expressivo volume de soldados, tanques e navios de guerra. A atitude foi decisiva para o curso do conflito, assegurando a derrota das Potências Centrais. A neutralidade norte-americana tornou-se insustentável frente à perda das embarcações afundadas pelos submarinos alemães. Essa clara provocação ensejou enorme comoção dos cidadãos norte-americanos, servindo de pressão ou “justificativa apropriada”, como muitos preferem, para que o governo do presidente Woodrow Wilson se definisse pela guerra. Cabe observar que a retirada dos russos, no início de 1917, aumentava o risco de a Tríplice Entente ser derrotada e, conseqüentemente, dos banqueiros estadunidenses não receberem as enormes somas emprestadas aos países em guerra.

Com o afundamento do paquete brasileiro *Paraná* entre 3 e 4 de abril de 1917, OESP iniciou uma campanha para que o Brasil entrasse na guerra. A repercussão do afundamento da embarcação brasileira foi grande, uma vez que o submarino alemão não prestou qualquer socorro às vítimas (CERVO; BUENO, 2010, p. 208). Com a entrada dos EUA no conflito, a posição do jornal começou a se delinear em nome da solidariedade continental. Os editoriais e os boletins sobre a guerra permaneceram elogiando os valores europeus representados pela França e Inglaterra, mas transferiram parte dessa admiração aos EUA.

OESP corroborava uma tendência percebida junto às elites latino-americanas: a de desilusão diante de uma Europa que fora incapaz de evitar a tragédia da guerra. Existiu, durante e após o conflito deflagrado em 1914, uma virada idenitária e a desconstrução do modelo civilizador europeu (COMPAGNON, 2014). Acompanhando o que já se definia no campo econômico, a opinião pública reforçava a admiração pela história e pela posição política galgada pelos norte-americanos na América.

Ao longo do século XX foi recorrente a ideia de que os interesses brasileiros no cenário internacional seriam melhor defendidos, se houvesse maior aproximação e interação política com os EUA. Ideia essa evidenciada especialmente em momentos nos quais as diretrizes de política externa obedeceram a princípios mais nacionalistas e de questionamento do alinhamento automático com os EUA.

A postura do jornal em defesa dos EUA durante a Grande Guerra não incorporou o anticomunismo, uma vez que os acontecimentos em marcha na Rússia ainda não se configuravam como um modelo político a ser evitado. Não obstante, já se evidenciava um retrato fiel do novo paradigma que estava sendo adotado pela diplomacia brasileira desde a gestão histórica do Barão do Rio Branco (1902-1912). Dando ao Itamaraty maior proeminência, Rio Branco captou as transformações que levaram os EUA ao centro de um subsistema internacional, promovendo uma mudança de vetor da política externa brasileira de Londres para Washington. Se não contestou as pretensões norte-americanas, procurou dar um sentido pragmático a aproximação entre os dois países, “manifestando o desejo de vê-los desempenhando o papel de *leadership* do Continente” (BUENO, 2012, p. 173).

Rio Branco foi o responsável pela resolução das pendências lindeiras do país, destacando-se pelas ações que levaram ao Tratado de Petrópolis, através do qual, em 1903, o Brasil incorporou o Acre ao seu território. Sagrando-se como uma espécie de herói nacional ao angariar o apoio da sociedade para delinear as fronteiras nacionais, o eminente chanceler também chamava a atenção por aprovar o Corolário Roosevelt. Articulando a elevação da legação americana no Rio de Janeiro e da brasileira em Washington para embaixadas, Rio Branco defendia que a aproximação com os EUA não deveria consubstanciar-se num alinhamento incondicional. Tal postura pragmática pode ser identificada em 1907, na atuação brasileira frente à II Conferência Internacional de Paz, realizada em Haia. Rui Barbosa, o representante brasileiro no encontro, expôs com brilhantismo os argumentos em defesa da legalidade jurídica entre os pequenos e grandes Estados, transformando esse momento em um memorado ponto alto da nossa atuação em âmbito multilateral (LAIDLER, 2007).

A lógica da solidariedade entre Rio de Janeiro e Washington, um legado de Rio Branco, teve grande influência na decisão do governo brasileiro em entrar no conflito ao lado dos Aliados. A “aliança não escrita” com os EUA deveria pautar-se pelo pragmatismo e, na percepção do Itamaraty, essa solidariedade atendia ao interesse nacional ao propiciar o estreitamento das relações políticas e comerciais entre os dois países. Além disso, a participação direta no conflito possibilitaria ao Brasil participar dos acordos do pós-guerra, aumentando sua influência no continente americano.

Existiram vozes dissonantes ao desejo de acompanhar os EUA nas questões internacionais. Domício da Gama, embaixador brasileiro em Washington entre 1911 e 1918, era pouco afeito ao alinhamento automático, defendendo a não ingerência norte-americana nas questões sul-americanas. Essa atitude de questionamento dos benefícios que uma maior aproximação com os EUA trariam ao Brasil também pode ser identificada nos pronunciamentos do escritor Monteiro Lobato, que defendeu a não pertinência da entrada brasileira na guerra. Segundo Compagnon, Lobato foi um dos raros intelectuais que no Brasil escaparam do “*mainstream* aliadófilo” (2014, p. 251).

Com o afundamento de navios mercantes brasileiros essa postura de simpatia aos EUA encontrou justificativas morais para ser defendida. Não obstante, o caráter pragmático dessa relação não se configurou como central nas considerações de OESP, que preferia incidir sobre a “superioridade da raça” refletida nos fundadores da nação americana:

Em todo caso, aquela nação é a pátria de Washington e de Jefferson, de Lincoln e de Roosevelt, e estes exemplares de humanidade robusta e são não rebentam senão de uma raça superior. Tudo leva a crer que nós, os brasileiros, também temos de ir para o imenso conflito. Assim o quer a Alemanha, para fins que desistimos de sondar e talvez ninguém sonde até a verdade do fundo. Pois, vamos! Vamos bem, e em boa companhia, em excelente ocasião. A lição de Cuba é eloquente. Na exiguidade do seu território de quatro palmos, aquela república inteligentemente governada adquiriu e acumulou valores pelo menos tão dignos de zelo como os nossos que, por enquanto, só são extraordinários e incomparáveis nos versos dos poetas e na retórica dos oradores (“Os EUA entram na guerra”, OESP, 09 de abril de 1917).

O recado dado à diplomacia brasileira era claro: o Brasil deveria seguir o mesmo caminho que Cuba. A ilha caribenha aderiu à causa aliada apenas um dia depois dos EUA tê-lo feito. OESP parecia desconsiderar o contexto interno de dependência com relação ao capital norte-americano que vigorava na ilha desde o século XIX, quando os cubanos receberam do vizinho, o auxílio determinante para a vitória na luta de independência da Espanha. Os EUA detinham sobre Cuba grande influência, não apenas econômica, mas política.

A Emenda Platt, aprovada pelo congresso americano em março de 1901 e incorporada à Constituição cubana, transformou a ilha numa espécie de protetorado norte-americano. Tal condição análoga a de colônia certamente não era desconhecida de Julio de Mesquita, mas o exemplo servia, na medida em que demonstrava o aumento de poder hegemônico dos EUA e o caminho certo que deveria ser trilhado por toda a América Latina.

Julio de Mesquita mostrava-se intransigente na defesa da participação brasileira ao lado dos EUA. OESP intitulava os diplomatas que questionavam o envolvimento brasileiro no conflito de germanófilos, menosprezando os argumentos acerca do pragmatismo que deveria pautar tal decisão. Antes que o Brasil revogasse a sua neutralidade, o que ocorreu em junho de 1917, o jornal já se posicionava favoravelmente ao envio de auxílio militar e material ao teatro de operações de guerra.

A substituição de Lauro Muller por Nilo Peçanha na pasta de Relações Exteriores, ocorrida em maio de 1917, teve influência da campanha orquestrada pela imprensa aliadófila e pelos parlamentares que associavam a hesitação do primeiro em por fim a neutralidade como uma postura de simpatia aos alemães. Recai também sobre Muller a suspeita de que, por seu sobrenome e origem, poderia auxiliar indiretamente a causa da Tríplice Aliança. A indicação de Nilo Peçanha foi alvo de elogios:

Felizmente, como temos novo piloto ao leme da nossa diplomacia, o barco brasileiro segue rumo certo: vá cada um para o seu destino. O nosso é estabelecer solidariedade, a todo o risco, com o grupo dos Aliados. Se eles se salvarem, salvar-nos-emos; se eles perecerem, pereceremos. Acabou o predomínio do egoísmo nacional porque prolongá-lo seria humilhação intolerável a que não se sujeitam senão as nações sem passado e sem direitos a contar com o futuro. (...) Nem nos parece inconciliáveis os dois métodos entre os quais o Congresso hesita: ir primeiro para os Estados Unidos e depois com eles para a Europa, ou irmos todos já para o ponto em que os ideais se confundem, tudo é ir para o dever. Seja por onde for, vamos bem. ("A nossa vez chegou", OESP, 18 de maio de 1917).

Alegando que a hesitação brasileira acabaria com as oportunidades do país de estar ao lado dos vencedores, OESP já vislumbrava os benefícios que o Brasil teria nas negociações que viriam ao final do conflito. O boletim de 1º de outubro de 1917 defendia um maior engajamento do país através da concessão à França dos navios alemães confiscados pela marinha brasileira. Para isso utilizava-se de uma justificativa moral: a da confraternização com uma nação civilizada e amiga, bem como reforçava que as apreensões eram de navios que pesavam como “verdadeiros trambolhos”.

No início de 1918 o país participou da Conferência Interaliada realizada nos EUA, e aceitou finalmente ceder à França trinta navios alemães confiscados no litoral brasileiro. Tais embarcações requeriam reparos demorados em estaleiros que o Brasil não possuía. Vale ressaltar que o apresamento dos navios alemães constituiu-se em assunto embaraçoso que a delegação brasileira enviada às Conferências de Paz teve de enfrentar. Essa questão, assim como a referente à indenização da Alemanha ao Brasil, arrastou-se na Comissão de Reparações criada no pós-guerra (CERVO; BUENO, 2010, p. 215).

A declaração de guerra foi noticiada com euforia pelo OESP, tendo o governo federal recebido elogios pelo seu gesto:

O Brasil, mais que outros países já sacrificados na pavorosa carnificina, devia este tributo à causa sagrada da emancipação coletiva. Persistir na situação indecisa em que nos conservávamos seria, antes de tudo, egoísmo atroz, porque nós somos, de há longos anos, presa cobiçada e marcada pela guia insaciável da organização de rapina.(...) Em dia que não tarda, há de ficar evidente, para desilusão dos ingênuos, esclarecimento dos ignorantes e remorso dos teimosos, que a guerra, em que enfim tomamos posição, tanto põe em grave risco os mais altos destinos da Bélgica ocupada e da França invadida como os nossos. Pouco importa que não haja, ou que se não vejam sinais alarmantes nas colônias alemãs, que se formaram e se estabeleceram em nosso território. Não se encaram problemas como este por sua superfície ilusória (“O Brasil define-se”, OESP, 27 de outubro de 1917)

O artigo transcrito acima também abordava um questionamento sensível que se relaciona diretamente aos rumos da nossa política externa no século XX: o alinhamento brasileiro aos EUA significaria imperialismo? Julio de Mesquita afirmava ser um erro evocar os exemplos de Filipinas e Cuba como vítimas do imperialismo norte-americano, pois em sua concepção, os EUA teriam auxiliado esses países a colocarem-se no caminho da civilização. Além disso, afirmava que o Brasil, até aquele momento, não havia recebido dos EUA a mais leve desfeita e de que havia provas elevadas de estima, de respeito e de cordial camaradagem.

Os editoriais e boletins que se seguiram até o final do conflito continuaram a apoiar o governo federal, mantendo feroz oposição ao governo estadual. O Estado de Sítio decretado pelo governo federal trouxe com ele a censura, que foi delegada aos governos locais. Ao defender a posição dos grevistas na grande paralisação de 1917, o jornal conquistou a inimizade do governo paulista, causando uma curiosa situação: os artigos sobre a guerra - em tese a razão da censura - eram liberados sem problemas, enquanto que as críticas ao governo local eram cerceadas. O último boletim sobre a guerra foi escrito em 14 de outubro de 1918. Com o armistício, as notícias sobre o conflito deram lugar às informações sobre as consequências desastrosas da gripe espanhola, que fez milhares de vítimas no Brasil, incluindo alguns membros da redação de OESP (SODRÉ, 1999, p. 346).

Nos quatro anos de conflito, OESP não se furtou a defender ativamente a Entente ressaltando a superioridade dos valores liberais. Cabe, no entanto, observar que a relação liberalismo X democracia nem sempre foi sustentada pelo jornal, que fez concessões quando seus representantes julgaram necessário. Para defender os seus interesses aceitaram medidas repressoras e antiliberais, nos momentos em que se sentiram ameaçados. Na efervescência política de 1964, por exemplo, os proprietários do jornal que haviam exorcizado a ditadura de Vargas e seus aspectos autoritários, em nome da "paz social" apoiaram o golpe militar, sendo pouco tempo depois vítimas dele (CAPELATO, 1989, p. 245). Tais ambiguidades são também observadas no posicionamento do jornal frente ao primeiro conflito mundial: a defesa dos valores liberais e da democracia não excluíram as referências claras sobre a necessidade de reprimir a comunidade alemã no Brasil, considerada perigosa aos interesses nacionais.

O Itamaraty, a partir da gestão de Rio Branco, desfrutou de grande autonomia na elaboração da política externa, obtendo o monopólio efetivo nessa área. Esse é um dos fatores explicativos da incipiente discussão pública sobre as metas e significados da política externa brasileira, que predominada ainda hoje. As implicações de nossa inserção internacional para as políticas públicas internas foram alvo da imprensa e da sociedade civil apenas em momentos pontuais da história brasileira, não se configurando como assunto recorrente nos editoriais dos principais jornais do país. O insulamento burocrático também se constitui num dos traços fundamentais do Ministério das Relações Exteriores que, ao longo de sua história, mostrou-se pouco permeado pela opinião pública (FARIA, 2008). No período que corresponde ao das duas guerras mundiais, no entanto, o Itamaraty foi pressionado pela imprensa a tomar partido e a demonstrar maior comprometimento com os anseios da sociedade civil, impactada pelas notícias sobre as agressões alemãs.

A Primeira Guerra Mundial talvez seja o primeiro episódio a despertar no cidadão brasileiro o desejo de opinar sobre assuntos, até então, pertencentes à esfera do Itamaraty. A imprensa aprofundou a tendência de se auto atribuir a função de influenciar a tomada de decisão das elites políticas do país. Os editoriais e os boletins escritos durante o primeiro conflito mundial nos demonstram que OESP, ao opinar sobre qual deveria ser o posicionamento do Brasil na Grande Guerra, promoveu uma maior interação entre a sociedade e os rumos da inserção internacional brasileira.

REFERÊNCIAS

BUENO, Clodoaldo. O Barão do Rio Branco no Itamaraty (1902–1912). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.55, n.2, p. 170-189, 2012.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 3ª. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto; USP, 1988.

_____. *Os arautos do liberalismo. Imprensa Paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa. A América Latina e a Grande Guerra*. Tradução de Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. "Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil". *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 51, n. 2, 2008.

FERRO, Marc. *História da Primeira Guerra Mundial 1914-1918*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

GARAMBONE, Sidney. *A Primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LAIDLER, Christiane Vieira. Nossa Águia em Haia. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, p. 56-60, 2007.

MENDONÇA, Valterian Braga. *A experiência estratégica brasileira na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense.

O ESTADO DE S. PAULO. *Julio de Mesquita. A Guerra.* São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002. CD-ROM.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo.* São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.